

O desafio do ecumenismo com os neopentecostais na pastoral urbana

Matheus Soares da Silva¹

Resumo: O atual momento vivido em nosso país está marcado pela intolerância com o diferente, e o campo da religião não ficou isento. A pastoral urbana deve levar em conta tal desafio com o remédio do diálogo, em especial com os cristãos não-católicos. O Decreto *Unitatis redintegratio*, aprovado no Concílio Vaticano II em 1964, deu muitas luzes na relação ecumênica, admitindo que há valores em comum nas várias tradições cristãs que podem ser compartilhados. Muitos avanços aconteceram eclesialmente, mas ainda é necessário discutir algumas questões que se levantam hoje na pastoral urbana, sobretudo no como realizar a prática ecumênica no contexto de urbanização. Reconhece-se o desafio de traçar um plano pastoral que execute boas relações ecumênicas de maneira mais concreta diante de uma cultura urbana que se expande. É evidente as iniciativas já tomadas com as igrejas protestantes tradicionais, mas se impõe atualmente um diálogo com as denominações neopentecostais, maior ramo do protestantismo crescente no hodierno movimento de urbanização de nosso país.

Palavras-chave: Ecumenismo. Pastoral. Urbanização. Diálogo.

INTRODUÇÃO

A unidade de pensamento e atitudes morais parece ter sido um desejo de muitos idealizadores sociais de uma sociedade utópica, cuja coesão social disseminaria qualquer contrassenso. Mas, na realidade, sempre haverá quem pense diferente e tenha uma ética vivida diferente da convencional, como é o contexto do nosso mundo marcado pela globalização, que deu voz e vez a todos os tipos de grupos e tendências.

No campo da religião não foi diferente. Desde o cisma do Oriente e depois com a revolução protestante, há cinco séculos, o cristianismo não tem sido mais uma religião homogênea, e sim multifacetada, sobretudo no mundo contemporâneo, reflexo da sociedade que vive em crescente processo de urbanização, chegando até na cultura, que se torna mais plural. Nessa circunstância, é preciso romper com a mentalidade e atitudes de combate, semelhante a uma cruzada contra os infiéis.

É nessa perspectiva que se impõe a necessária e emblemática relação de ecumenismo entre as Igrejas cristãs, na busca pelo que há de comum, em um Brasil que não é mais hegemonicamente católico. Este artigo busca elencar as dificuldades e iniciativas históricas das relações ecumênicas, tendo como fim especial uma saída na prática ecumênica com o

1 Licenciado em Filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. Bacharelado em Teologia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI. E-mail: m.filhoamado@hotmail.com

ramo neopentecostal, que se tornou o modo mais popular de protestantismo nas periferias do nosso país, apesar da dificuldade de diálogo que eles apresentam.

Amparado no Movimento Ecumênico do século XX e na opção que a Igreja Católica fez a partir do Decreto *Unitatis Redintegratio*², do Concílio Vaticano II, somos provocados com as seguintes questões: Como dialogar com aqueles que tem valores da fé em comum com os católicos, para depois acontecer um diálogo com o resto do mundo? O povo católico continuará a viver no combate conflituoso com os protestantes, em especial os neopentecostais, enquanto os dois grupos são os que representam a maioria cristã no Brasil? Para tais questões referentes à pastoral urbana, o presente artigo buscará iluminar com algumas reflexões que podem ajudar a pensar numa superação de muros que impedem uma futura unidade.

1 O ECUMENISMO COMO IMPERATIVO PARA A PASTORAL URBANA

A reflexão da teologia pastoral deve considerar o período histórico em que estamos inseridos, posto que o modelo de ação eclesial depende diretamente do tipo de ser humano e de sociedade que se destacam hoje. O atual momento do Brasil é marcado pela globalização como a marca consequente da chamada Revolução Tecnológica, que trouxe a todos os lugares uma “multiculturação”, numa espécie de urbanização virtual, transcendendo a geográfica, ou seja, não estamos mais numa realidade eclesial rural e ilhada, sinônimo de subserviência total aos pastores e de ausência de informações. Essa ruralidade, espacial e de mentalidade, praticamente desapareceu com o advento da internet e a urbanização progressiva.

Com o Concílio Vaticano II, a Igreja teve preferência pelo recurso do diálogo com todos os setores do mundo moderno, expressões da emancipação humana, tecnológica e cultural. Brighenti (2011, p. 33) constatou essa necessidade pastoral quando afirmou que “é preciso buscar uma nova forma de presença da Igreja no mundo, não em espírito de hostilidade e confrontação, mas de interação em forma de diálogo e serviço”.

De fato, a postura apontada pelo pastoralista é a única saída da Igreja para que o Evangelho seja anunciado numa pastoral eminentemente urbana, onde o pluralismo de ideias, crenças e filosofias são tanto quantos a quantidade de cabeças pensantes: o diálogo será a ponte capaz de chegar a cada novo areópago existencial, que é marcado, paradoxalmente, pela intolerância com o diferente. Assim postula o documento de estudos da CNBB sobre a Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil em referência ao diálogo com outros grupos religiosos:

Saber apreciar tudo o que de bom existe, seja no campo doutrinário, seja na prática e no testemunho diante do mundo, é também um desafio pastoral. E não só apreciar, mas também buscar a colaboração sincera, em prol dos irmãos mais fracos e necessitados. O diálogo

2 Decreto conciliar aprovado em 1964 que trata do ecumenismo entre as igrejas cristãs, fruto do Movimento Ecumênico já existente anterior ao Concílio. Nele se recomenda a oração, a palavra e a ação como meio para realizar o ecumenismo. A partir desta citação, será utilizado a sigla UR para se referir a tal documento.

com muitos desses grupos resulta difícil, para não dizer impossível. Mas deveríamos nunca o perder de vista. (CNBB, 1994, p. 223)

Diante dessa nova cultura urbanizada, que atinge até mesmo as mais longínquas comunidades rurais, se impõe a necessária e emblemática relação de ecumenismo entre as Igrejas cristãs, pois, se não formos capazes de dialogar com nossos irmãos de batismo, como conseguiremos dialogar com todos os outros setores da sociedade urbana? O dever de casa é começar pela casa comum da fé cristã, para depois partir para a casa comum do mundo.

1.1 ANÁLISE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS

O esforço pela unidade dos cristãos partiu das igrejas protestantes, acompanhado de constantes recusas por parte da Igreja Católica Romana, que só acreditava em um diálogo que favorecia o retorno das igrejas para a fé católica, como aconteceu com a carta apostólica de Pio IX, *Iam vos omnes*, de 1868, quando houve um convite aos protestantes para participarem como observadores do Concílio Vaticano I, com a intenção de retornarem à Igreja, conforme Hortal (1989, p. 180). Não obstante, também houve iniciativas magisteriais e laicais pela unidade e diálogo, como os esforços de Leão XIII com os anglicanos e ortodoxos e Chiara Lubich em seu movimento *Focolare*. No entanto, foram iniciativas particulares e de pouco alcance, cabendo aos esforços protestantes o protagonismo do ecumenismo.

A partir de 1919, o adjetivo *ecumênico* adquiriu um novo significado. Nesse ano, o arcebispo luterano de Uppsala (Suécia), Nathan Söderblom, escreveu um artigo em que lançava, por primeira vez, a ideia de um ‘Conselho Ecumenico de Igrejas’. A partir desse momento, os esforços para uma maior compreensão e unidade entre as diversas confissões cristãs passaram a ser designados como “movimento ecumênico (HORTAL, 1989, p. 13).

Segundo Alberigo, o movimento em prol do ecumenismo se desenvolveu através da organização de um Conselho Mundial de Igrejas ou Conselho Ecumênico de Genebra, que realizou encontros e assembleias no decorrer do século XX, sem a presença de católicos romanos por conta de severas proibições da Santa Sé. Uma trégua ocorreu na Assembleia de Nova Delhi, em 1961, quando a Santa Sé, após difícil decisão, e, apesar da oposição do Santo Ofício, que queria que os católicos assistissem como meros “jornalistas”, chegou à conclusão de enviar católicos como “observadores” à Assembleia (ALBERIGO, 1995, p. 382).

O Papa João XXIII foi quem teve, depois da acolhida ao movimento ecumênico por Pio XII, a ação concreta de criar em 5 de junho 1960 o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, órgão de preparação para o Concílio Vaticano II, responsável pela elaboração do *Unitatis redintegratio*, que pede aos católicos que “[...] na ação ecumênica, se preocupem com os irmãos separados, rezando por eles, comunicando-se com eles sobre os assuntos da Igreja, dando os primeiros passos em direção a eles” (n. 4). Apesar desses avanços, a Igreja estancou e deixou de dar novos passos em prol do diálogo ecumênico, abraçando novamente uma postura

combativa e intolerante do período tridentino, vide as inúmeras e intermináveis discussões nas redes sociais, de ataques mútuos.

O decreto conciliar “reconhece que o movimento ecumênico, de origem protestante, é fruto da graça do Espírito Santo” (HORTAL, 1989, p. 213), e certifica que há bens verdadeiramente cristãos oriundos do patrimônio comum nas várias tradições cristãs (UR, n. 4). Muito avanços aconteceram partindo dos pastores hierarcas brasileiros, como é o caso da criação e atuação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC, mas ainda é limitado, sendo preciso pensar numa prática ecumênica que atinja a base da Igreja. O Papa Francisco, na *Evangelii Gaudium*, referindo-se a todos os cristãos diz que

Os sinais de divisão entre cristãos, em países que já estão marcados pela violência, juntam outros motivos de conflito vindos da parte de quem deveria ser um ativo fermento de paz. São tantas e tão valiosas as coisas que nos unem! [...] Não se trata apenas de receber informações sobre os outros para os conhecermos melhor, mas de recolher o que o Espírito semeou neles como um dom também para nós. (EG, n. 244)

Torna-se evidente que a apologética combativa e fraticida não pode ser uma opção de ação pastoral católica, mas sim o diálogo e ações práticas em prol do bem comum. O Vaticano já deu um salto significativo com diálogo oficial da Igreja nos últimos anos com criação da Comissão Católico-pentecostal para o Diálogo Ecumênico, em 1972, tendo importantes encontros internacionais e documentos produzidos em conjunto, conforme destaca Laurentin: “Um pentecostal, David Duplessis, foi observador no Concílio Vaticano II. E, desde 1972, o diálogo entre católicos e pentecostais está oficialmente aberto” (1977, p. 25). A mudança da postura da Igreja favoreceu o ecumenismo nos últimos anos, em especial por conta do diálogo com os cristãos não católicos. “De vários modos, a presença deles no concílio marcou ‘o fim da Contrarreforma’” (ALBERIGO, 1995, p. 326), ou seja, o estar junto para dialogar e rezar já é um grande ato de unidade.

1.2 TEOLOGIA PASTORAL DO ECUMENISMO

A teologia pastoral capaz de fundamentar o ecumenismo deve partir do modelo eclesial existente na atual sociedade urbana, marcada pela globalização econômica e de ideias. Para Kasper, a globalização deve ser considerada na pastoral porque “por conta dos meios de comunicação e viagem, as pessoas estão cada vez mais próximas umas das outras e, nações e pessoas se inter-relacionam mais, estando, por assim dizer, no mesmo barco” (KASPER, 2008, p. 25). Destarte, não é possível pensar em uma evangelização que fale somente aos nossos, pois até mesmo a instituição basilar da sociedade, a família, já é uma instituição heterogênea e deve estar ancorada no diálogo inclusivo.

Levando essa concepção para as relações com os cristãos não católicos, os Evangelhos asseguram a inclusão ecumênica àqueles que não estão conosco, como narrou Marcos diante

da tentativa de exclusão dos apóstolos: “Não o impeçais, pois não há ninguém que faça milagre em meu nome e logo depois possa falar mal de mim. Porque quem não é contra nós é por nós” (Mc 9, 39-40). Destaca-se aí o desejo de Jesus “a fim de que todos sejam um” (Jo 17,21). A Igreja funda a reflexão teológica do seu agir ecumênico e pastoral na Trindade Santa, sinal de comunhão. Segundo a *Gaudium et spes*,

Em virtude da sua missão de iluminar o mundo inteiro com a mensagem de Cristo e de reunir sob um só Espírito todos os homens, de qualquer nação, raça ou cultura, a Igreja constitui um sinal daquela fraternidade que torna possível e fortalece o diálogo sincero. [...] Abraçamos também em espírito os irmãos que ainda não vivem em plena comunhão conosco, e as suas comunidades, com os quais estamos unidos na confissão do Pai, Filho e Espírito Santo, e pelo vínculo da caridade, lembrados de que a unidade dos cristãos é hoje esperada e desejada mesmo por muitos que não creem em Cristo. Com efeito, quanto mais esta unidade progredir na verdade e na caridade, pela poderosa ação do Espírito Santo, tanto mais será para o mundo um presságio de unidade e de paz. (GS, n. 92)

Incorpora-se a essa reflexão do agir pastoral uma pneumatologia que reconhece a atuação do Espírito Santo fora das fronteiras da instituição católica, como destaca a encíclica *Ut unum sint*, “não se afirma que além das fronteiras da comunidade católica exista um vácuo eclesial” (n. 13). Mais do que instituição, é preciso abraçar uma teologia pastoral aberta às outras confissões cristãs como consciência de que o Reino de Deus supera as nossas divisões humanas, e esse Reino de Deus é diverso, é de todos.

2 O ATUAL DESAFIO: NEOPENTECOSTALISMO

O cristianismo moderno foi marcado pelo fenômeno pentecostal, caracterizado por ter como base a experiência de Pentecostes e as manifestações carismáticas descritas no Novo Testamento bíblico: o Batismo no Espírito Santo e o falar em línguas, conforme Laurentin (1977, p. 22), que aponta a sua gestação no movimento de santidade do século XVIII. Em outras denominações protestantes foi acontecendo o que se denomina (re)avivamentos durante o século XX, sendo a vertente protestante mais popular e mais crescente nos países subdesenvolvidos.

A história do Pentecostalismo brasileiro, segundo Freston, é composta por três grandes ondas, sendo a primeira delas formada por comunidades rigorosas na vivência da fé e enfoque na conversão, no início do século XX, tendo a Assembleia de Deus como representante, enquanto a segunda onda se caracteriza mais como um movimento de prática carismática de manifestação mais externa, como é o caso da Igreja Deus é Amor, na metade do século passado, e a terceira onda, a do pentecostalismo autônomo, é caracterizada pelo trinômio cura-exorcismo-prosperidade como alicerce de sua espiritualidade intimista, denominada

como neopentecostalismo, sendo a Igreja Deus é Amor uma parte desse todo que engloba em si a maioria das comunidades protestantes do Brasil (FRESTON, 1994, p. 4)

Nas três fases há algo em comum, que vai além da ruptura com o estilo clássico das igrejas protestantes tradicionais: “a insistência dos pastores em que a radicalização existencial do cristianismo exige não apenas uma evolução a partir do catolicismo popular tradicional, mas seu completo abandono, isto é, uma conversão.” (FRESTON, 1994, p. 11), ou seja, a onda pentecostal protestante aderiu uma postura combativa ao catolicismo popular. Ainda assim, é preciso apreciar o que há de positivo e comum, no esforço de traçar planos de comunhão com esse ramo, como nos convoca o decreto conciliar: “Nem se passe por alto o fato de que tudo o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode também contribuir para a nossa edificação” (UR 4). Em referência a essa mútua troca de dons, afirma o cardeal Kasper que

Vários aspectos do ser Igreja são mais bem compreendidos nas outras Igrejas. Portanto, o ecumenismo não é uma rua de mão única, mas um processo recíproco de aprendizado [...] O caminho em direção a isso não é, portanto, o de um simples retorno dos outros ao interior da congregação da Igreja católica. O ponto no movimento ecumênico é a conversão não apenas dos outros, mas de todos, a Jesus Cristo (KASPER, 2008, p. 29)

Diante dessa compreensão de dons mútuos a serem compartilhados, se impõe a necessária e emblemática relação de ecumenismo entre as igrejas cristãs. Muitos avanços aconteceram partindo dos pastores hierarcas brasileiros, como as campanhas da fraternidade ecumênicas, mas ainda é insuficiente diante dos desafios impostos pela cultura urbana, que se fragmenta cada vez mais no individualismo e na intolerância com os diferentes, sobretudo quando se traz a mentalidade de revanchismo inerente à polarização política emergida no Brasil nos últimos anos.

3 INICIATIVAS E SUGESTÕES ECUMÊNICAS

São louváveis as várias contribuições dos cristãos não católicos aos católicos: a ministerialidade dos fiéis batizados como protagonistas da missão da Igreja, o apreço às Sagradas Escrituras, a dimensão querigmática da pregação e o orar espontâneo, dentre outros. Conquanto, sabe-se da dificuldade do diálogo com as atuais comunidades cristãs neopentecostais “que apresentam, em geral, uma mentalidade mais exclusivista, de núcleo diretamente escolhido por Deus, e tomam atitudes defensivas, próprias de movimentos francamente minoritários” (HORTAL, 1989, p. 127), cabendo um determinado esmero em iniciativas ecumênicas, que não podem ser dirimidas por conta dessa complexa conjuntura.

Para tais iniciativas, a Igreja Católica estuda e publica documentos com recomendações práticas, algumas até com caráter normativo, como o *Diretório ecumênico* de Paulo VI, “uma verdadeira instrução, exposição da disciplina a que devem submeter-se aqueles que devem

verdadeiramente servir o ecumenismo” (PAULO VI, 1968 *apud* HORTAL, 1989, p. 215). Com essas publicações, foi-se desenvolvendo um autêntico arquétipo de ações ecumênicas que o cristão católico pode realizar, entre encontros de orações ou estudos e ações caritativas em prol do bem comum.

Tratando de iniciativas, o então Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos publicou em 1999 um relatório da quarta fase do diálogo da Igreja com os pentecostais, o *Diálogo Católico-Pentecostal: evangelização, proselitismo e testemunho comum*, que sugere as seguintes ações em comum como testemunho de comunhão: partilha de instituições de estudos em nível superior, troca de púlpitos em cultos não-eucarísticos de adoração, e sobretudo na luta social pela justiça e dignidade humana

Podemos cooperar em ações tais como o desarmamento e a paz, o socorro de urgência a refugiados, a vítimas de catástrofes naturais, trabalhar para alimentar os famintos, criar estruturas de ensino para analfabetos, organizar programas de reabilitação para drogados, salvar jovens, homens e mulheres, da prostituição. Podemos trabalhar juntos para acabar com a discriminação racial e sexual, trabalhar pelos direitos e pela dignidade das mulheres, combater ativamente a legislação permissiva (quanto ao aborto, à eutanásia), promover o desenvolvimento urbano e rural e de moradia para os pobres, denunciar as violações ao meio ambiente e o uso irresponsável dos recursos naturais [...] por que fazemos separados o que podemos fazer juntos? (CPUC, 1999, p. 74)

Esse documento foi assinado por vários representantes de igrejas pentecostais é já uma prova de que é possível acontecer o diálogo e ações concretas também com as igrejas neopentecostais, rompendo barreiras históricas e doutrinárias, lembrando sempre aquilo que ressaltou Kasper (2008, p. 30): “Tal tipo de unidade é, fundamentalmente, um dom do Espírito de Deus e o resultado de sua orientação. Desse modo, a *oikoumene* não é apenas uma questão acadêmica ou diplomática; sua alma e seu coração é o ecumenismo espiritual”, ou seja, tudo começa na oração eclesial e pessoal. Daí que se faz necessário maior enfoque na Semana de oração pela unidade dos cristãos, celebrada no fim de janeiro ou na semana da solenidade de Pentecostes, como sinal do empenho pela unidade que um dia poderá ser definitiva.

Vale também ousar nas iniciativas de encontros em comum, como já acontece há tempos na Comunidade de Taizé, na França, ou a Missão Somos Um, uma plataforma missionária e fraterna surgida no Rio de Janeiro em 2008 e que realizam vários encontros de oração e partilha com a presença de várias confissões cristãs. Todo esforço pela unidade é expressão da comunhão da Trindade Santa, princípio unificador de todas as criaturas.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, faz-se preciso compreender que a atual postura da Igreja Católica é a de diálogo com as outras denominações cristãs, e não mais de ataque e apologética, como foi no passado, sobretudo no período da contrarreforma. Ações ecumênicas podem ser uma oportunidade de evangelização daqueles que estão longe da participação eclesial, além de ser um esforço pela unidade naquilo que se há em comum. Essa cosmovisão deve estar presente, como valioso pressuposto de uma pastoral urbana.

Reconhece-se que o Movimento Ecumênico teve grandes contribuições para a unidade dos cristãos no século passado, sendo preciso restaurar no hodierno tempo novas iniciativas a fim de romper com esse inverno ecumênico. Deve-se ter a capacidade de viver em atitude de acolhida e diálogo com os diferentes, buscando o que há de positivo e o que pode ser apreendido, compartilhando os dons, numa via de mão dupla.

Sessenta anos depois da aprovação do decreto conciliar sobre o ecumenismo, emerge a questão: estão os católicos aptos a partir para ações ecumênicas na pastoral urbana? Deve-se ter uma autêntica compressão de que se começa querendo fazer uma relação que a filosofia chama de alteridade, depois deve-se haver uma dedicação à oração pela unidade, em um ecumenismo espiritual, e por fim, uma prática concreta, tão já explorada pela Igreja, quer seja nos estudos em comum, quer nas ações caritativas, ou até mesmo em momentos de oração em comum, como a liturgia das horas ou um círculo bíblico. O importante é ter em mente do dever cristão de se pensar numa atuação mais concreta de diálogo ecumênico diante de uma cultura urbana que se expande, sobretudo com uma atenção especial para as igrejas neopentecostais, que já são maioria absoluta sociedade brasileira urbanizada.

REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, Giuseppe. *História do Concílio Vaticano II*. Tradução: Joao Rezende Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Evangelho se João*. 11.ed. São Paulo: Paulus, 2016. p. 1888.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Evangelho de Marcos*. In: Bíblia de Jerusalém. 11.ed. São Paulo: Paulus, 2016. p. 1773.
- BRIGHENTI, Agenor. *A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- CONCÍLIO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. *Constituição pastoral gaudium et spes*. In: 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.
- CONCÍLIO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. *Constituição pastoral lumen gentium*. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.
- CONCÍLIO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. *Decreto unitatis redintegratio*. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil*, III. São Paulo: Paulus, 1994. (Coleção de estudos da CNBB; v. 71).

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS (CPUC). Diálogo católico-pentecostal: evangelização, proselitismo e testemunho comum. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Petrópolis: Vozes, 2015.

FRESTON, Paul. *Nem anjos nem demônios*: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HORTAL, Jesús. *E haverá um só rebanho*: história, doutrina e prática católica do Ecumenismo. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1989.

JOÃO PAULO II, Papa. *Carta encíclica Ut Unum Sint*: sobre o empenho ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1995.

KASPER, Walter. *Que todas sejam um*: o chamado à unidade hoje. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LAURENTIN, René. *Pentecostalismo entre os católicos*. Petrópolis: Vozes, 1977.